

## UMA RESIGNIFICAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

Horacio Martins de Carvalho

### PRÓLOGO

1. Durante o período de 23 a 26 de novembro deste ano tive a oportunidade de participar do Encontro Nacional de Formação da Comissão Pastoral da Terra – CPT, realizado em Hidrolândia, GO. O tema central desse Encontro foi "*Uma nova conceituação de reforma agrária*". Nessa oportunidade pude usufruir e compartilhar idéias e proposições não apenas com os coordenadores e militantes da CPT, mas também com o prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>1</sup> e com o teólogo Sandro Galazzi<sup>2</sup>, sendo que coube a nós três, durante parte desse Encontro, a tarefa de animação intelectual dos estudos.
2. Ao me preparar para essa tarefa, com a antecedência que eu supus devida, pude revisar uma considerável literatura sobre o tema da reforma agrária, inclusive realizando incursão na sua história e na atualidade das proposições dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo no Brasil. Essa iniciativa foi para mim, ao mesmo tempo, uma redescoberta e uma afirmação, de algumas idéias que já me inquietavam sobre uma necessária resignificação da reforma agrária, em particular no Brasil.
3. Durante esse Encontro Nacional de Formação da CPT pude expor alguns aspectos das minhas inquietudes. Nos debates contei com o aporte de várias sugestões tanto dos participantes como do prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves e do teólogo Sandro Galazzi, que contribuíram de maneira decisiva para a formulação, ainda que em construção, das teses que aqui coloco para a reflexão e debate.
4. Ao apresentar este texto sumário como Texto I – Teses, estou sugerindo que as idéias que aqui são expostas têm o caráter de tese ou de proposição para controvérsia, mas que não são acompanhadas da argumentação necessária e pertinente para fundamentá-las. Isso será realizado no Texto II – Argumentos, o qual eu suponho que o poderei preparar para apresentá-lo lá por março vindouro.
5. Se há algo de inusitado nessa divisão dos textos (texto I e texto II) isso se deve à minha intenção de colocar imediatamente em debate as minhas idéias sobre uma resignificação da reforma agrária no Brasil ainda neste mês de dezembro, num tempo talvez já tardio, mas

---

<sup>1</sup> Carlos Walter Porto-Gonçalves, geógrafo e doutor, é Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, membro do Grupo de Trabalho 'Hegemonias e Emancipações' da Clacso, Pesquisador do CNPq.

<sup>2</sup> Sandro Galazzi, teólogo e doutor em teologia bíblica, é membro da CPT Amapá.

ainda oportuno, para que os movimentos e organizações sociais, sindicais, feministas e ambientais no campo, entre outros, possam conhecê-las no sentido de uma contribuição minha para as controvérsias necessárias e pertinentes que deverão pautar a agenda política nacional em 2010 sobre o tema da questão agrária.

6. Como base para as minhas teses sobre uma resignificação da reforma agrária no Brasil o que estou supondo é que a atual e contemporânea (ao menos desde a década de 1940) significação da reforma agrária estaria esgotada ou mesmo superada pelas iniciativas de "modernização" do latifúndio e da destinação das terras devolutas e das públicas às empresas capitalistas, destinação essa iniciada, com maior empenho e sem interrupção até os dias atuais, desde meados da década de 1960 com a implantada da ditadura militar no país.
7. Sugerir idéias ou teses sem a devida fundamentação é sempre insuficiente, mas corro esse risco presumindo que nas afirmações a serem apresentadas já exista, quiçá subentendida, alguma pista sobre a natureza da sua fundamentação.

## **PRESSUPOSTOS**

8. Os objetivos gerais das proposições estratégicas hegemônicas no Brasil sobre a reforma agrária desde a década de 1940, a partir de posições políticas de centro-esquerda, defendiam a necessidade de uma revolução burguesa no campo para eliminar ora os restos feudais ora o latifúndio improdutivo de maneira a permitir o desenvolvimento das forças produtivas sob o padrão de produção capitalista, a valorização do trabalho pelo assalariamento e a criação de um mercado interno. Estava pressuposto explicitamente que essa seria uma etapa necessária para se alcançar as condições dialéticas objetivas e subjetivas capitalistas necessárias para se desencadear uma revolução socialista no campo;
9. No âmbito dessa perspectiva, a reforma agrária --- a partir dos pressupostos de uma revolução burguesa, constituiria, por um lado, pequenos e médios produtores rurais em condições de incorporarem as tecnologias capitalistas modernas para o campo e, de outro lado, a grande empresa capitalista que se concretizaria pelo estabelecimento das relações sociais de assalariamento e portadora da relação capital-trabalho necessária para a criação de um proletariado supostamente capaz de desenvolver a consciência socialista e de se aliar ao proletariado urbano para realizar a luta de classes contra o capital;
10. Caberia ao Estado, sob a pressão popular por uma reforma agrária capitalista, instituir e efetivar políticas públicas reformistas capazes de eliminarem os restos feudais e o latifúndio improdutivo, como parte do esforço social e político de se desenvolver as relações sociais de

produção capitalista no campo. E, ademais, de criar condições objetivas, através das mais diversas políticas públicas, para que esse setor reformado da economia do campo, integrado ao da cidade, se consolidasse economicamente;

11. Esse esforço conjugado, popular e do Estado, contaria com o apoio de alianças políticas entre frações das classes populares da cidade e do campo com as frações de classe mais progressistas da burguesia urbana e rural que entreviam nessa reforma agrária uma via, senão para uma revolução burguesa no campo, ao menos para a expansão capitalista que tornasse a produção agropecuária e florestal um ramo da indústria;
12. A partir dessa leitura é possível se sugerir que os objetivos gerais das proposições estratégicas hegemônicas para uma reforma agrária capitalista a partir do centro-esquerda político brasileiro se aproximavam dos objetivos estratégicos sobre a questão agrária da burguesia para a afirmação e homogeneização do capitalismo no país;
13. Nessas proposições estratégicas, tanto a popular como a burguesa (com as exceções pontuais e ocasionais em todo o período considerado), o campesinato, na sua enorme diversidade, foi considerado como a expressão do atraso tecnológico, cultural e político, portanto, com potencial anti-revolucionário. E, além dele, foram desconsiderados como sendo irrelevantes para as mudanças capitalistas pretendidas no campo tanto os extrativistas, os povos indígenas, os quilombolas e o protagonismo das mulheres;
14. Considero como uma das causas desse "preconceito político" com relação ao campesinato (em sua diversidade), aos extrativistas, aos povos indígenas, aos quilombolas e à equanimidade de gênero, no âmbito das proposições reformistas burguesas no campo a partir das organizações e movimentos sociais, sindicais e partidários de centro-esquerda, a leitura insuficiente das condições objetivas e subjetivas da reprodução social do campesinato (e dos extrativistas, dos povos indígenas e dos quilombolas) no Brasil devido, eu suponho, à adoção de conceitos ortodoxos e mecanicistas a partir da importante contribuição da vertente marxista-leninista européia e russa sobre a expansão capitalista no campo e o papel a ser desempenhado numa transformação social para o socialismo pelo campesinato e outras formas de relação produtiva e ou extrativista homem-natureza;
15. Ao se aceitar racionalmente que outros modos e ou formas de produzir de uma formação econômica e social sob a dominação do modo capitalista de produção --- em particular aqueles dos camponeses, dos extrativistas, dos povos indígenas e dos quilombolas, deveriam ser excluídos à priori como potenciais protagonistas de mudanças sociais na história por considerá-los como "restos feudais" ou com uma história condenada pela lógica dos

intelectuais a ser superada pelas relações sociais de produção capitalista, num processo ontológico mecanicista e determinista da sucessão dinâmica dos modos de produção na história (quem sabe uma herança engeliana), se estabeleceu como premissa na maior parte das proposições, mesmo que implícita, um programa máximo utópico da socialização revolucionária e anti-capitalista no campo onde esses modos e formas de produzir não-capitalistas deixaram de ser contemplados;

16. Propunha-se, e em parte ainda se propõe, dessa maneira, com maior ou menor grau de consciência política, uma via prussiana cabocla de reforma agrária (antes e depois do período ditatorial 1964-1984) através da conciliação conceitual e parcialmente programática pelo alto entre setores da burguesia e das representações sociais populares, onde as massas populares no campo poderiam externar seus desejos, mas jamais definir as propostas de ação reformadoras, pois essas classes e frações de classe ou formas de produção "arcaicas" no campo já eram consideradas pelos intelectuais orgânicos do capital, tanto da esquerda cooptada pelos capitalistas moderados ("transformismo" em Gramsci) como aqueles da direita política, como "excedentes históricos", portanto, passíveis de serem excluídos como tais pelo estabelecimento necessário das relações capitalistas no campo;
17. Essa "condenação lógica política" do campesinato, dos extrativistas, dos povos indígenas e dos quilombolas a partir de concepções pouco afeitas à pluralidade étnica, social, econômica, política e cultural, introduziu pré-conceitos que contribuíram ---- e assim continuam, não apenas para facilitar a homogeneização capitalista no campo como para dificultarem a formulação de programas estratégicos e táticos que dessem conta das contradições sociais, étnicas e políticas --- para não dizer filosóficas, para as mudanças socializantes desejáveis numa formação econômica e social tão diversificada;
18. Se às dimensões étnica, social, econômica, cultural e política se acrescentar --- seja pelas lições das lutas sociais e políticas contemporâneas, seja devido à superação do meu obscurantismo político e social --- as dimensões de gênero, ambiental e territorial, posso sugerir que um novo paradigma de organização sócio-econômica e política para o campo deverá, como pressuposto fundamental, dar conta de manter e afirmar a diversidade e pluralidade aqui timidamente considerada.

## **TESES**

19. Proponho que o processo de reforma agrária deva ser considerado num âmbito mais geral e como parte do complexo de lutas sociais, econômicas, políticas, ideológicas e ambientais pela

terra. Não só a terra para produzir e dela se usufruir, mas a Terra como totalidade planetária, ou resumidamente, no âmbito das lutas pela Terra;

20. Isso pressuporá que as lutas sociais e políticas pela reforma agrária a serem desencadeadas pelos trabalhadores rurais sem terra (assalariados rurais, arrendatários, posseiros, parceiros, foreiros, camponeses com pouca terra...) devam ser organicamente articuladas com as lutas dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas, dos ambientalistas, dos atingidos por grandes obras de infraestrutura, das mulheres e dos ambientalistas. E articulados com as lutas populares urbanas;
21. É nessa perspectiva que se poderá resignificar a reforma agrária ao concebê-la como uma parte de um complexo maior integrado e integrador que aqui eu passo a denominar como "a reapropriação social da natureza"<sup>3</sup>, ou seja, a negação da apropriação privada da natureza realizada pelos capitalistas;
22. Essa sugestão de reapropriação social da natureza requererá, antes de tudo, resignificar também a relação homem-natureza pela adoção do conceito de "produtividade biológica primária"<sup>4</sup>, esta acrescida da criatividade e dos saberes populares na relação homem-natureza para a produção agropecuária e florestal, como fundamento para balisar a compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza. Isso exigirá considerar a natureza como portadora de direitos, negando as imposições ideológicas e econômicas do capital de considerar a natureza como mercadoria;
23. Se sumariamente consideramos o processo de reforma agrária e, portanto, de mudanças na estrutura agrária do país no sentido de
- democratizar a posse e o uso da terra no Brasil, através de procedimentos desapropriatórios dos latifúndios por extensão e por exploração e a reorganização (reconcentração) produtiva e comunitária das unidades de produção minifundiárias,
  - e de estabelecer limites máximos de apropriação privada da terra diferenciados por nível regional e por biomas,
- numa contextualização mais ampla como a aqui sugerida, então essas mudanças fundiárias deverão ser concebidas como uma dimensão particular no âmbito de um movimento social, étnico, racial, de mulheres e ambientalista para uma "reapropriação social da natureza" ou para o exercício do poder popular sobre os territórios rurais;

---

<sup>3</sup> Conforme sugestão verbal de Carlos Walter Porto-Gonçalves. A reinterpretação do conceito original é de responsabilidade do autor deste texto

<sup>4</sup> Idem à nota de rodapé 3.

24. Mais do que um espaço geográfico diferenciado pela relação homem-natureza, um território rural é antes de tudo uma unidade de poder político e social, amplo senso. Ora a pretensão de uma reforma agrária é a de que a área reformada e seus entornos e vice-versa se constituam num território sob o poder popular;
25. Mas para que essa pretensão se viabilize é deveras indispensável que a área reformada tenha sido conquista e ou legitimada não apenas pelos trabalhadores rurais sem terra, lato senso, mas pela aliança política tática com os povos do seu entorno, de maneira a que os denominados "assentados" se integrem na dinâmica mais ampla da reprodução social do campesinato, dos povos indígenas, dos extrativistas, dos quilombolas e respeitando os direitos das mulheres e da natureza;
26. Uma resignificação da reforma agrária, além da sua compreensão na relação homem-natureza anteriormente aludida, pressuporá considerá-la como uma reforma agrária não capitalista --- nem regida pela lógica da ordem burguesa;
27. Não é suficiente se considerar que o campesinato, na sua ampla diversidade, é uma classe em construção. A luta pela terra, na terra e pela Terra, como uma luta prolongada e plena de diversidades, se faz como luta contra a apropriação privada da natureza pelo capital e exigirá mais do que a luta de classes do proletariado rural e do campesinato. Será, sim, um amplo espectro de iniciativas populares que incorporará, e por elas serão incorporadas, as lutas dos extrativistas, dos povos indígenas, dos quilombolas, das mulheres e dos ambientalistas;
28. Para tanto será necessário se reconquistar<sup>5</sup> e garantir pela ação dos camponeses, dos assalariados rurais, dos extrativistas, dos povos indígenas, dos quilombolas e dos trabalhadores rurais sem terra, das mulheres e dos ambientalistas:
- os territórios rurais apropriados pelo capital, seja para a produção agropecuária e florestal, para a mineração, para exploração comercial da água doce, do litoral, da biomassa, para a especulação, etc.;
  - os territórios dos povos tradicionais (indígenas, extrativistas e quilombolas);
  - os territórios considerados de bem comum como os biomas ainda não ou pouco diferenciados pela ação humana;
  - a autonomia das mulheres pela ruptura do patriarcado;
  - enfim, mas não finalmente, o poder popular sobre os territórios rurais no âmbito da reinvenção e da emancipação das multiterritorialidades<sup>6</sup>, e a libertação mútua nas relações de gênero;

---

<sup>5</sup> Com o apoio das iniciativas populares urbanas.

<sup>6</sup> Ver Porto-Gonçalves, Carlos Walter (2009). A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Rio de Janeiro, texto em arquivo Word, 64 p. (cedido pelo Autor).

29. Os processos emancipatórios dos territórios rurais (mas não somente), entre eles a conquista da terra pelos trabalhadores rurais sem terra, a regularização das áreas indígenas, das reservas extrativistas, das terras dos quilombolas, das áreas de preservação ambiental, da água doce, entre tantos outros, deveriam ser percebidos como lutas pela Terra e como uma resultante das diversas ações conjugadas de afirmação dos povos rurais contra a apropriação privada da natureza pelo capital;
30. Uma concepção articulada de estratégia e tática de lutas sociais, de etnias, de raças, de mulheres e de ambientalista que, ademais, incorporará as lutas contra a privação da ciência e da tecnologia, a apropriação privado dos saberes populares, a concentração e centralização das riquezas e tantas outras necessárias para se superar o modo de produção capitalista;
31. A sugestão de uma resignificação da reforma agrária presume que uma reforma agrária será limitada, corporativa e politicamente insuficiente se nela não estiver contemplada, enquanto consciência de luta social, a construção de um novo paradigma para o campo que contemple (mesmo que em construção) o que aqui se sugere como a reapropriação social da natureza pelas classes populares do campo, principalmente, mas também das cidades;
32. No entanto, alguns fatores (além daqueles apontados na seção anterior Pressupostos) têm contribuído para obstaculizar essa busca e construção de uma resignificação da reforma agrária, contribuindo direta e indiretamente para que a estratégia popular contemporânea de reforma agrária permaneça como uma política pública de assentamentos pontuais e ocasionais. Esses fatores são:
- a suposição dominante (governamental e dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo) de que as novas unidades de produção nas áreas ditas reformadas não se constituem nem como unidades de produção familiares camponesas nem como territórios camponeses;
  - a manutenção latente e subliminar da idéia de que tanto os camponeses como os povos tradicionais (indígenas, extrativistas e quilombolas) não são protagonistas de mudanças relevantes nas lutas sociais anti-capitalistas e, portanto, desqualificados para fazerem parte de uma idealizada formação econômica e social de caráter socialista;
  - o corporativismo que qualifica negativamente, pelo reducionismo burocrático, as ações políticas e a compreensão das ações de reforma agrária pelos movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo e da cidade;

- A maior parte dos recursos dos movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo é proveniente dos governos, provocando uma subalternidade relativa com os malefícios de toda e qualquer dependência de terceiros;
33. Para que a resignificação da reforma agrária tendo como paradigma a reapropriação social da natureza é indispensável que se considere o campesinato, os povos indígenas, os extrativistas e os quilombolas, juntamente com os assalariados rurais, como os principais protagonistas das lutas sociais anti-capitalistas no campo;
34. A ausência de teorização sobre o campesinato, assim como a precariedade das concepções teóricas relacionadas com os povos extrativistas, os povos indígenas e os remanescentes de escravos, contribuem para a insuficiente compreensão da reprodução social das classes sociais, dos povos indígenas, dos extrativistas e dos quilombolas, impossibilitando assim a controvérsia necessária e relativa a uma das questões contemporâneas fundamentais no campo de se considerar ou não a possibilidade efetiva dos camponeses, assim como os demais povos do campo, de desenvolverem, a partir de seus referenciais não-capitalistas, desde as suas forças produtivas até novas concepções de sociedade e de Estado;
35. Como a matriz ideológica preponderante nos movimentos e organizações sociais e sindicais populares com relação ao campo está historicamente marcada, por um lado, pela afirmação do modelo de produção e tecnológico capitalista e, por outro lado, pela negação subjetiva das possibilidades dos camponeses e dos povos indígenas, extrativistas e dos quilombolas de produzirem saberes técnicos e formas eficientes de produção, segundo os critérios deles próprios, o convite político à adoção da agroecologia, da agricultura orgânica, do pastoreio racional, da agroindustrialização popular, etc., e mesmo das várias formas de cooperação e de comunitarismo, torna-se politicamente alienados no sentido de se tornarem proposições tecnológicas negadoras do modelo de produção e tecnológico dominante burguês porque são concebidos e operacionalizados fora de uma concepção mais ampla de uma nova sociedade no campo (e, evidentemente, na sociedade como um todo);
36. A meu ver, essas incongruências políticas são consequência não apenas de desconhecimentos, mas, sobretudo de um viés ideológico que resumo na expressão "condenação lógica política" do campesinato, dos extrativistas, dos povos indígenas e dos quilombolas a partir de concepções pouco afeitas à pluralidade étnica, social, econômica, política e cultural. Esses desencontros de interpretação do campo impedem que conceitos fundamentais como os da autonomia relativa e da acumulação camponesas sejam desenvolvidos e exercitados; que as possibilidades de outros referenciais como o do "modo de bem viver" dos povos originários andinos possam ser considerados e, mais do que tudo, de se



encontrar os caminhos para a negação, na práxis social, da ideologia, política e economia burguesas;

37. Como uma das resultantes dessas incoerências e limitações está o corporativismo que se instalou nos movimentos e organizações sociais e sindicais populares no campo. Nestes, fala-se sobre a totalidade da luta social, mas persiste o reducionismo corporativista que limita as suas ações objetivas apenas às circunstâncias das "suas bases". Há diversas razões para tal, mesmo que sejam razões conservadoras. As articulações entre movimentos e organizações sociais e sindicais se efetivam na maior parte das vezes "pelo alto", no enfrentamento de questões importantes, mas no âmbito da macropolítica. Lá, onde o poder popular poderia se estabelecer, nos territórios onde se dá a síntese da diversidade, essas articulações e alianças vindas do alto perdem energia e ou ficam prejudicadas pela precária legitimação pelas bases;
38. Mantida essa tendência corporativista, que é reforçada pela dependência dos recursos de fontes como as políticas públicas compensatórias e as ONGs de âmbito internacional, torna-se reduzida a possibilidade de aceitação, no âmbito de um diálogo para a controvérsia, das idéias sobre a resignificação da reforma agrária a partir do referencial da reapropriação social da natureza que seja, consciente e ao mesmo tempo, uma negação da apropriação privada da natureza;
39. A catarse ou as catarses (Gramsci) pessoais que são indispensáveis, no nível da consciência, para a passagem do momento egoístico-passional (reino da necessidade) para o momento ético-político (reino da liberdade) com relação seja aos estigmas históricos provocados pela idéia dominante da necessária revolução burguesa no campo para se alcançar as condições objetivas e subjetivas para uma revolução socialista seja, ao menos, para se conseguir supor que outros processos mais complexos possam ser contemplados, essa catarse exigirá um esforço ou uma consciência política que permita romper com os preconceitos e vieses por vezes instaurados no que-pensar e no que-sentir das pessoas, de maneira a que possam a vir considerar positivamente os camponeses na sua diversidade, os assalariados rurais, os extrativistas, os povos indígenas, os quilombolas e, todos eles, perspassados pelas dimensões de gênero e meio ambiente, como protagonistas sociais das mudanças anti-capitalistas no campo;
40. Não será suficiente a articulação política entre os movimentos e organizações sociais e sindicais populares do campo e da cidade para romper com a hegemonia capitalista e, em particular, alterar a estrutura fundiária do país, se esses movimentos e organizações não forem portadores de uma nova concepção de sociedade para o campo e, como sugestão, não contemplarem nas suas concepções a possibilidade de uma "reapropriação social da

natureza" capaz não apenas de negar a apropriação privada da natureza pelo capital, mas de instaurar o poder popular para a reinvenção e emancipação das multiterritorialidades rurais.